

O PLANEJAMENTO ESCOLAR

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar ações docentes, mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

Importância do planejamento escolar

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes, isso significa que os elementos do planejamento escolar — objetivos, conteúdos, métodos — estão recheados de implicações sociais, têm um significado genuinamente político. Por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entre aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade. A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas.

O planejamento escolar tem, assim, as seguintes funções:

- a) Explicitar princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrática.
- b) Expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional e as ações efetivas que o professor irá realizar na sala de aula, através de objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas do ensino.
- c) Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina.
- d) Prever objetivos, conteúdos e métodos a partir da consideração das exigências postas pela realidade social, do nível de preparo e das condições socioculturais e individuais dos alunos.
- e) Assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente, uma vez que torna possível inter-relacionar, num plano, os elementos que compõem o processo de ensino: **os objetivos** (para que ensinar), **os conteúdos** (o que ensinar), **os alunos e suas possibilidades** (a quem ensinar), **os métodos e técnicas** (como ensinar) e **a avaliação**, que está intimamente relacionada aos demais.
- f) Atualizar o conteúdo do plano sempre que é revisto, aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo de conhecimentos, adequando-o às condições de aprendizagem dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados na experiência cotidiana.
- g) Facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professor e alunos devem executar e replanejar o trabalho frente a novas situações que aparecem no decorrer das aulas.

Para que os planos sejam efetivamente instrumentos para a ação, devem ser como um guia de orientação e devem apresentar ordem sequencial, objetividade, coerência, flexibilidade.

Em **primeiro lugar**, o plano é um **guia de orientação**, pois nele são estabelecidas as diretrizes e os meios de realização do trabalho docente. Como a sua função é orientar a prática, partindo das exigências da

própria prática, ele não pode ser um documento rígido e absoluto, pois uma das características do processo de ensino é que está sempre em movimento, está sempre sofrendo modificações face condições real. Especialmente em relação aos planos de ensino e de aulas, nem sempre as coisas ocorrem exatamente como foram planejadas.

Em **segundo lugar**, o plano deve ter uma *ordem sequencial*, progressiva. Para alcançar os objetivos, são necessários vários passos, de modo que a ação docente obedeça a uma sequência lógica. Não se quer dizer que, na prática, os passos não possam ser movimentados.

Em **terceiro lugar**, devemos considerar a *objetividade* – coerência do plano com a realidade à que se vai aplicar. Não adianta fazer previsões fora das possibilidades humanas e materiais da escola, fora das possibilidades dos alunos. Por outro lado, é somente tendo conhecimento das [da realidade que podemos tomar decisões para superação das condições existentes.

Em **quarto lugar**, deve haver coerência entre os objetivos gerais, os objetivos específicos, conteúdos, procedimentos e avaliação. Coerência é a relação que deve existir entre as ideias e a parte educativa. É também a ligação lógica entre os componentes do plano, ou seja, se dissemos, nos objetivos gerais que a finalidade do trabalho docente é ensinar os alunos a pensar, a desenvolver suas capacidades intelectuais, a organização dos conteúdos e procedimentos compatíveis. Se temos em mente que não há ensino sem a internalização e apropriação dos conhecimentos, a nossa avaliação da aprendizagem não pode reduzir-se a uma prova bimestral, mas devemos aplicar muitas formas de avaliação ao longo do processo de ensino.

Em **quinto lugar**, O plano deve ser flexível. No decorrer do ano7semestre letivo, o professor está sempre organizando e reorganizando o seu trabalho. A relação pedagógica está sempre sujeita a condições concretas, a realidade está sempre em movimento, de forma que o plano esta sempre sujeito a alterações.

Diferentes Planejamentos

O Plano da Escola - é o Plano Político-pedagógico - O PPP é um documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, a ligações da escola com o sistema escolar mais amplo e; de outro, as ligações do Projeto Político Pedagógico da escola com os planos de ensino e planos de aula.

O Plano de Ensino – é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um semestre ou ano; é um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, recursos avaliação, avaliação, entre outros.

O Plano de Aula – é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou para um conjunto de aulas e tem um caráter bastante específico. É importante ressaltar que o planejamento não assegura, por si só, o bom desenvolvimento do processo de ensino. É preciso que os planos estejam continuamente ligados à prática, de modo que sejam sempre revisto e refeitos.

A cada etapa do processo de ensino é importante que o professor registre no Plano de Ensino e no Plano de Aula, novos conhecimento e novas experiências. Com isso, o professor vai criando e recriando sua própria didática, vai enriquecendo sua prática profissional e ganhando mais segurança. Agindo assim, o professor usa o plano como oportunidade de reflexão e avaliação da sua prática, além de tonar menos pesado o seu trabalho, uma vez que não precisa, a cada semestre/ano começar tudo do marco zero.

Requisitos para o Planejamento

Os primeiros requisitos para o planejamento são: os objetivos e tarefas da escola democrática; as exigências dos planos e programas oficiais, as condições prévias dos alunos para a aprendizagem; as condições concretas do processo de ensino e apropriação dos conteúdos.

Objetivos e Tarefas da Escola Democrática

A primeira condição para o planejamento é a convicção filosófica, política e pedagógica que queremos dar ao processo educativo na sociedade, ou seja, que papel a escola persegue na formação dos alunos? É prepara-los para a vida? Para o vestibular? Somente para o trabalho?

Sabemos que a **escola pública do passado** era organizada para atender os filhos das famílias da camada alta e média da sociedade, que, geralmente, já dispunham de uma preparação familiar anterior para terem êxito nos estudos. Era uma escola que proporcionava uma formação geral e intelectual para os filhos dos ricos, enquanto os pobres que conseguiam ter acesso à escola tinham outra escola: a **de preparação para o trabalho físico** (para profissões manuais), com conhecimentos reduzidos e quase nenhuma preocupação com o desenvolvimento intelectual.

A **situação pouco mudou** no que se refere aos conteúdos do ensino, **mas houve uma modificação fundamental**: a escola pública de hoje — e aqui falamos das escolas dos centros e periferias urbanas das grandes cidades, das escolas das cidades de médio e pequeno porte e das escolas rurais — recebe um grande contingente de crianças e jovens pertencentes à população pobre. Esta realidade impõe às escolas e aos professores a exigência de recolocar a questão dos objetivos e dos conteúdos de ensino, no sentido de proporcionar a essa população uma educação geral, intelectual e profissional.

A **escola democrática** - é aquela que possibilita a todas a apropriação de conhecimentos científicos e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de modo a estarem preparadas para participar ativamente da vida social. Assim, as tarefas da escola, devem contribuir para objetivos de formação profissional; para a compreensão das realidades do mundo do trabalho; de formação política para que permita o exercício ativo da cidadania; de formação cultural para adquirir uma visão de mundo compatível com os interesses emancipatórios da classe trabalhadora.

Ao planejarem o processo de ensino, a escola e os professores devem, pois, ter clareza de como o trabalho docente pode prestar um efetivo serviço à população e saber que conteúdos respondem às exigências profissionais, políticas e culturais postas por uma sociedade que ainda não alcançou a democracia plena.

Exigências dos planos e programas oficiais

A educação escolar é direito de todos os brasileiros como condição de acesso ao trabalho, à cidadania e à cultura. Enquanto tal é dever dos governos garantir o ensino básico a todos, traçar uma política educacional, prover recursos financeiros e materiais para o funcionamento do sistema escolar, administrar e controlar as atividades escolares de modo a assegurar o direito de todas as crianças e jovens receberem um ensino de qualidade e socialmente relevante.

Uma das responsabilidades do poder público é a elaboração de planos e programas oficiais de instrução, de âmbito nacional, reelaborados e organizados nos estados e municípios em face de diversidades regionais e locais. Os programas oficiais, à medida que refletem um núcleo comum de conhecimentos escolares, têm um caráter democrático, pois garantem a unidade cultural e política da nação, levam a assegurar a todos os brasileiros, sem discriminação de classes sociais e de regiões, o direito de acesso a conhecimentos básicos comuns.

A escola e os professores devem ter em conta que os **planos e programas oficiais** são diretrizes gerais, são documentos de referência, a partir dos quais são elaborados os planos didáticos específicos. Cabe **à escola e aos professores** elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meios de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições de aproveitamento escolar dos alunos.

A conversão dos planos e programas oficiais em planos de ensino para situações docentes específicas não é uma tarefa fácil, mas é o que assegura a liberdade e autonomia do professor e a adequação do ensino às diferentes realidades. Além disso, nenhum plano geral, nenhum guia metodológico, nenhum programa oficial tem respostas pedagógicas e didáticas para garantir a organização do trabalho docente em situações escolares concretas.

Na verdade, cabe ao professor, mais que o cumprimento das exigências dos planos e programas oficiais, a tarefa de reavaliá-los tendo em conta objetivos de ensino para a realidade escolar onde trabalha. Conta-se, aqui com a criatividade, o preparo profissional, os conhecimentos de Didática, de Psicologia, de Sociologia e, especialmente, da disciplina que esse professor leciona e seu significado social nas circunstâncias concretas do ensino.

Condições Prévias para a Aprendizagem

O plano deve considerar o nível de desenvolvimento real em que os alunos se encontram em relação às tarefas de aprendizagem. Para isso, é preciso saber em que pé estão os alunos (suas experiências, conhecimentos anteriores, nível de desenvolvimento...) é atitude indispensável para o ensino de conhecimentos novos. Sabemos que determinantes sociais dos alunos influenciam diretamente na apreensão dos objetos de conhecimentos trazidos pelo professor e, portanto, constituem ponto de partida para a internalização e apropriação dos conhecimentos sistematizados.

O plano de ensino e de aula depende das condições escolares dos alunos. De nada adianta introduzir um conteúdo novo se os alunos carecem da base. A introdução de um conteúdo novo ou consolidação do conteúdo anterior requerem necessariamente verificar o conhecimento real dos alunos, a fim de garantir a base de conhecimentos necessários para a continuidade da disciplina.

Um professor não pode justificar o fracasso dos alunos pela falta da base anterior, não pode alegar que os alunos são dispersos; é ele quem deve criar condições, os incentivos e conteúdos para que o aluno se concentre e se dedique ao estudo. Não pode alegar imaturidade; todos os alunos dispõem de um nível de desenvolvimento potencial ao qual o ensino deve chegar. Não pode atribuir aos pais o desinteresse e a falta de dedicação dos alunos, muito menos acusar a pobreza como causa do mau desempenho escolar; as desvantagens intelectuais e a própria condição de vida dos alunos, que dificultam o enfrentamento das tarefas pedidas pela escola, devem ser tomadas como ponto de partidas para o trabalho docente.

O Planejamento da Escola

O planejamento da escola – PPP é um guia de orientação para os planos de ensino e de aula. Por isso, os professores precisam ter em mãos esse documento abrangente. Não só para uma orientação do seu trabalho, mas para garantir a unidade teórico-metodológica das atividades escolares.

O Plano de Ensino

O plano de ensino é um roteiro organizado das unidades didáticas (cada unidade didática contém um tema central, detalhado em tópicos) para um semestre ou um ano e contém os seguintes componentes : filosofia, valores, justificativa da disciplina (Qual a importância e o papel da disciplina no desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos? Em outras palavras, para que serve ensinar tal disciplina?), objetivos gerais e específicos, conteúdo(com divisão temática de cada unidade); desenvolvimento/procedimentos metodológicos(atividades do professor e dos alunos), recursos, avaliação, referências

O objetivo geral expressa os propósitos mais amplos em relação ao ensino e requer o desenvolvimento de ações mentais por parte dos alunos.

Os objetivos específicos são um desdobramento do objetivo geral e expressam uma ideia particular, ou seja, são mais concretos e explícitos para que possam ser avaliados com mais segurança.

Procedimento/Desenvolvimento metodológico é o componente do plano de ensino e de aula que dará vida aos objetivos e ao conteúdo. Indica o que o professor e os alunos farão no desenrolar de um ano/semestre ou de uma aula ou conjunto de aulas.

Devemos lembrar que no processo de ensino há duas facetas indissociáveis: a internalização e apropriação de novos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos; a segunda realizando-se no transcurso da primeira, sob a direção do professor.

A força motriz do processo de ensino é a contradição entre as exigências de assimilação do saber sistematizado e as condições internas de atividade mental e da prática dos alunos. Os objetivos e conteúdos organizados pelo professor devem contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos por meio de tarefas que suscitem sua atividade mental e prática. Não é suficiente, pois, “passar” a matéria; é preciso que a matéria se converta em problemas e indagações para os alunos. A função deste componente do plano de ensino, o procedimento/desenvolvimento metodológico. É articular os objetivos e conteúdos com métodos e procedimentos de ensino que provoquem a atividade mental e prática dos alunos (resolução de situações-problemas, trabalhos de elaboração mental, discussões, resolução de exercícios, aplicação de conhecimentos, entre outros.)

O procedimento/desenvolvimento metodológico dos objetivos e conteúdos estabelece a linha que deve ser seguida no ensino (atividade do professor) e na apreciação (atividade do aluno) da disciplina de

ensino. Ao preencher este item do plano de ensino, o professor estará respondendo às seguintes questões: que atividades os alunos deverão desenvolver para assimilar este assunto da matéria, tendo em vista os objetivos? Que atividades o professor deve desenvolver de forma a dirigir sistematicamente as atividades dos alunos adequadas à matéria e aos objetivos?

A primeira tarefa é verificar os objetivos da disciplina a ser ensinada, pois eles determinarão os métodos e procedimentos, bem como os recursos de ensino. Em seguida devem ser especificadas as ações docentes e discentes correspondentes a cada passo da sequência de desenvolvimento das aulas.

OBS: Os alunos devem estar informados dos objetivos, formas de trabalho, duração, matérias de estudo que será utilizado, quando e como será realizada a avaliação.

O Plano de Aula

A aula é a forma predominante de organização do processo de ensino. É na aula que organizamos ou criamos as situações docentes, isto é, as condições e meios necessários para que os alunos **assimilem ativamente conhecimentos, habilidades e desenvolvam suas capacidades cognoscitivas**. Uma das principais qualidades profissionais do professor é estabelecer uma ponte de ligação entre as tarefas cognitivas (objetivos e conteúdos) e as capacidades dos alunos para enfrentá-las, de modo que os objetivos da matéria sejam transformados em objetivos dos alunos.

O plano de aula é um detalhamento do plano do ensino. As unidades e subunidades (tópicos) que foram previstas em linhas gerais são agora especificadas e sistematizadas para uma situação didática real. A preparação de aulas é uma tarefa indispensável e, assim como o plano de ensino, deve resultar num documento escrito que servirá não só para orientar as ações do professor como também para possibilitar constantes revisões e aprimoramentos de ano para ano. Em todas as profissões o aprimoramento profissional depende da acumulação de experiências conjugando a prática e a reflexão criteriosa sobre ela, tendo em vista uma prática constantemente transformada para melhor.

Na elaboração de plano de aula, deve-se levar em consideração, em primeiro lugar que a aula é um período de tempo variável, podendo ocorrer em mais de uma aula, pois requer uma sequência de tarefas para que os alunos se apropriem do conteúdo.

Na preparação de aulas, o professor deve reler os objetivos gerais da matéria e a sequência de conteúdos do plano de ensino. Não pode esquecer que cada tópico novo é uma continuidade do anterior; é necessário, assim, considerar o nível de preparação inicial dos alunos para o conteúdo novo.

Deve, também, tomar o tópico da unidade do Plano de Ensino a ser desenvolvido e desdobrá-lo numa sequência lógica, na forma de conceitos, problemas ideias. Trata-se de organizar um conjunto de noções básicas em torno de uma ideia central, formando um todo significativo que possibilite ao aluno uma percepção clara e coordenada do assunto em questão.

Em relação a cada tópico da unidade, o professor redige um ou mais objetivos específicos, tendo em conta os resultados esperados da apropriação do conhecimento.

Estabelecer os objetivos é uma tarefa tão importante que deles dependem os procedimentos de ensino dos conteúdos e as várias formas de avaliação – presencial, contínua e cumulativa.

Em síntese, o professor consciencioso deve fazer uma avaliação da própria aula, ou seja, levantar questões como estas: os objetivos e conteúdos foram adequados à turma? O tempo de duração da aula foi adequado? Os procedimentos de ensino foram variados e oportunos para suscitar a atividade mental e prática dos alunos? Foram feitas verificações de aprendizagem no decorrer da aula? O relacionamento professor-aluno foi satisfatório? Houve uma organização segura das atividades, de modo a ter garantido um clima de trabalho favorável? Os alunos realmente consolidaram a aprendizagem da matéria, num grau suficiente para introduzir o conteúdo novo? Sabemos que o êxito dos alunos não depende unicamente do professor e de seu método de trabalho, pois a situação docente envolve muitos fatores de natureza social,

psicológica, o clima geral da dinâmica da escola, entre outros. Entretanto, o trabalho decente tem um peso significativo ao criar as condições efetivas para o êxito dos alunos.

Bibliografia complementar

BALZAN, Newton C. “Supervisão e Didática”. In: ALVES, Nilda (org.) et alii. *Educação e Supervisão — O Trabalho Coletivo na Escola*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.

ENRICONE, Dt et alii. *Ensino — Revisão crítica*. Porto Alegre, Sagra, 1988.

FUSARI, Jose C. “O Planejamento Educacional e a Prática dos Educadores”. *Revista da Ande*, (8): 33-35, São Paulo, 1984.

LIBÂNEO, Jose C. *A Democratização da Escola Pública*. São Paulo, Loyola, 1987.

LUCKESI, Cipriano C. “Elementos para uma Didática no Contexto de uma Pedagogia para a Transformação”. *Anais da III CBE*. São Paulo, Loyola, 1984.

PIMENTA, Selma G. “A Organização do Trabalho na Escola”. *Revista da Ande*, (11): 29-36, São Paulo, 1986.

RAYS, Osvaldo A. “Planejamento de ensino: um ato político-pedagógico”. IV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Recife, 1986 (mimeo.).

SÃO PAULO — Secretaria de Educação Municipal — Departamento de Planejamento e Orientação. *Programa do 1º Grau*, 1985.

VEIGA, lima P.A. (org.). *Repensando a Didática*. São Paulo, Papirus, 1988.

VIANNA, Ilca O. de A. *Planejamento Participativo na Escola: Um Desafio ao Educador*. São Paulo, EPU, 1986.